



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Livro: ____/____/____
Folha: _____

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 1 DA CÂMARA MUNICIPAL DE
PENAMACOR NO DIA 18 DE JANEIRO DE 2017.**

Aos dezoito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezassete, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Penamacor, presidida pelo Senhor Presidente da Câmara, António Luís Beites Soares, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Ratificação à Alteração Orçamental nº 1/2017 e Alteração às Grandes Opções do Plano nº 1/2017. -----
2. Ratificação da Proposta de Atualização das Taxas, Tarifas e outras Receitas a aplicar em 2017. -----
3. Fundo de Maneio para o Ano de 2017. -----
4. Atribuição de Apoios às Freguesias para o Ano de 2017. -----
5. Atribuição de Apoio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Penamacor para o Ano de 2017. -----
6. Proposta de Encargos – Despesas com Pessoal para 2017. -----
7. Proposta de Inclusão do Saldo Transitado do Ano de 2016 nos Fundos Disponíveis. -----
8. Aprovação da Minuta de Protocolo de Cooperação entre Junior Achievement Portugal e Câmara Municipal de Penamacor. -----
9. Proc. N.º MB-37/2016 – “Requalificação do Castelo/Fortaleza de Penamacor” – Proposta de Decisão sobre Erros e Omissões. -----
10. Finanças Municipais. -----

Estiveram ainda presentes, para além do Senhor Presidente da Câmara Municipal António Luís Beites Soares, os Senhores Vereadores Vítor Manuel de Sousa Gabriel, Manuel Joaquim Ribeiro Robalo, Ilídia Alves Cruchinho Lélé e Pedro Miguel Naves Folgado comigo Teresa Maria Bento Ribeiro, Técnica Superior, a secretariar. -----

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram dez horas e de imediato deu início ao período de Antes da Ordem do Dia: -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Livro: ____/____/____
Folha: _____

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Foi presente ao Executivo a ata da última reunião ordinária realizada em 16 de dezembro do ano de dois mil e dezasseis e a ata da reunião extraordinária realizada em 4 de janeiro de 2017, cujas fotocópias foram antecipadamente distribuídas a todos os membros do executivo. -----

Postas a votação, foram as mesmas aprovadas por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra aos Senhores Vereadores que dela quisessem usar: -----

O Sr. Vereador Pedro Folgado mostrou a sua apreensão quanto ao relatório dos revisores oficiais de contas, distribuído no passado dia 29 de dezembro, não obstante o mesmo ter a data de 7 de novembro, o que levanta algumas questões preocupantes, nomeadamente referir um montante de 705.000 euros que supostamente e de acordo com o que vem discriminado no relatório se encontra em investigação. Perguntou se este montante é conexo com as duas sociedades, das quais o município faz parte, a Malcatur e a GDTP; qual o tipo de investigação e quem são as autoridades competentes para o efeito. Em que ponto é que se encontra essa investigação e quais as principais conclusões já apuradas no processo de investigação, se for esse o caso. Recordou que foram aprovadas em 2011 e 2012 transferências de 150.000 euros para a empresa Malcatur e de 100.000 euros para a empresa GDTP que deveriam ter sido transformados em participação de capital, mas que o não foram até agora. Disse ser um processo que se arrasta há já algum tempo, acrescendo o facto de continuarem desaparecidos os títulos de participação ao portador. Referiu-se também aos resultados operacionais das duas entidades, que não se sabe se são positivos ou negativos, mas que pelos prazos, se forem negativos, terão de ser incluídos nos dados financeiros do município. Disse que também é

Ref.^a _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

referido no relatório que não foram disponibilizadas as demonstrações financeiras a 30 de junho do ano anterior por as duas empresas. -----

No respeitante ainda ao relatório, é referido no mesmo que o município tem uma dívida de cerca de 162.000 euros, sendo que 71.000 são referentes a cobranças duvidosas. Perguntou ao Senhor Presidente a proveniência destas dívidas, se incluem dívidas do fornecimento de água e que os vereadores da coligação tenham acesso a uma listagem dessas dívidas. -----

Referiu-se a uma boa notícia do concelho de Idanha-a-Nova, que tem que ver com a concessão da Casa de Marrocos em Idanha-a-Velha, aparentemente propriedade do município, e que foi colocada à disposição para investimento por parte de privados, integrando o programa Revive, lançado pelo governo para recuperar e valorizar património histórico através do turismo. Sugeriu a mesma solução para o Solar de Marrocos em Pedrógão de São Pedro. -----

Por último, disse que foi anunciado o Programa Valorizar destinado a projetos turísticos, sugerindo que o município analisasse atentamente possibilidades de financiamento de algumas atividades que não têm sido até agora contempladas nos atuais programas comunitários. -----

O Sr. Presidente António Soares relativamente ao mencionado no relatório sobre investigações em curso no respeitante às sociedades Malcatur e GDTP, disse não existir qualquer processo de investigação com nenhuma entidade. Referiu apenas estarem em curso algumas diligências feitas pelo município, de troca de correspondência com as sociedades. No respeitante às participações de capital para as sociedades, disse estarem refletidas em prestações suplementares nos respetivos documentos contabilísticos das empresas e poderão ser convertidos a qualquer altura, por deliberação da assembleia-geral para capital social. Reportando-se à questão dos resultados operacionais disse ser algo que o preocupa, porque o nível de endividamento das duas sociedades é bastante elevado e em função da quota percentual que o município tem em cada uma delas e em face aos resultados contabilísticos que apresentarem em 2016, o município poderá ser penalizado. Salientou a

Ref.^a _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

intenção de resolver o mais rapidamente possível todas essas questões, para que os investimentos possam ser refletidos. -----

Relativamente ao montante da dívida registada, esclareceu que tem que ver com dívidas antigas de fornecimento de água e com incumprimento de contratos de arrendamento. -----

No que respeita ao Solar de Marrocos em Pedrógão de São Pedro disse estar num estado de degradação mais elevado, situação que preocupa a autarquia que tem procurado investidores para o mesmo. -----

Por último, congratulou-se pelo facto do concelho ter registado um crescimento superior a 60% nas exportações entre 2013 e 2015. Salientou que o ímpeto de crescimento das empresas do concelho posicionou Penamacor no primeiro lugar do crescimento das exportações na região, valorizando o mérito dos empresários do concelho. -----

O Sr. Vereador Pedro Folgado sobre o crescimento nas exportações, associou-se ao senhor presidente felicitando os empresários do concelho pelos bons resultados obtidos. Referiu que uma das fragilidades nos últimos anos é que o valor nominalmente sempre foi muito baixo. -----

No respeitante à sua intervenção sobre o Solar de Marrocos em Pedrógão de São Pedro, disse ser uma forma de aumentar a visibilidade para o imóvel. Sobre a lista de devedores ao município, considerou que se existem dívidas com o fornecimento de água com particulares, uma forma simples de as resolver é o seu envio para execução. -----

Em relação às empresas participadas, disse que o município se encontra numa “camisa de varas”, por um lado tem que se fazer refletir na participação dessas empresas o que foi investimento do município, no entanto, se quiser refletir esse aumento tem-se um acréscimo na participação o que aumentará o reflexo da dívida dessas participadas nas contas do município. Assim, se o resultado do último ano não for positivo, terá que ser refletido nas contas do município. ---



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

O Sr. Vereador Vítor Gabriel também felicitou os empresários do concelho, elogiando a sua competência, dedicação e profissionalismo. Disse que infelizmente para o concelho, a sua economia continua num estado muito incipiente e qualquer variação permite aumentos significativos, desejando que a economia do concelho ganhe uma nova dinâmica e se afirme no contexto regional, nacional e, porventura no internacional. -----

Relativamente ao relatório da sociedade dos revisores oficiais de contas, referiu o facto de o executivo ter analisado o orçamento para 2017 sem, no entanto, os vereadores da coligação terem conhecimento do relatório, pois só lhes foi entregue na sessão da Assembleia Municipal, apesar do relatório ter a data de 7 de novembro. Considerou que a maioria do executivo já tinha conhecimento dessas conclusões, algumas delas que traduzem situações com alguma gravidade, estranhando ter sido votada a proposta orçamental sem ter em consideração este documento. Das várias questões identificadas no documento, destacou o caso relacionado com a participação do município nas empresas Malcatur e GDTP: “Em ambos os casos o Município desconhece onde se encontram os títulos associados a estas participações (sob a forma de ações ao portador)”. Disse ser um enorme problema criado há uns anos atrás e que até ao momento ainda não foi resolvido. Recordou que este assunto foi colocado numa reunião de executivo e o senhor presidente deu a garantia de que a situação estava regularizada. Ao ler o relatório fica com uma opinião contrária da que foi transmitida de confiança e de regularização. Recordou também a sua divergência no passado com a participação do município em 49% no capital social da empresa. Foi o primeiro problema a ser criado mas em mais de três anos de mandato os problemas não foram resolvidos. Sugeriu uma clarificação por parte do município, referindo que se até ao final do 1º trimestre a situação não estiver regularizada terão que ser pensadas alternativas, soluções à situação que está a ser criada. Embora não conhecendo valores, as pistas deixadas no relatório sugerem que as dívidas acumuladas nas duas empresas são valores significativos e que se estão a acumular. A posição que defendeu desde sempre foi a de restringir ao mínimo a



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

participação da autarquia na empresa, começando a pensar na possibilidade de regularizada a situação, encontrar eventuais compradores para essa participação, alienar participação o mais rapidamente possível. -----

O Sr. Presidente António Soares respondeu ao senhor vereador Vítor que a posição da autarquia está delineada, por isso, têm sido feitas várias diligências junto das sociedades. Referiu que o preocupa o possível nível de endividamento, os resultados negativos das empresas, mas também que sejam refletidos os investimentos nos documentos contabilísticos que o município fez e que não se encontram refletidos. Disse que se os mesmos não tiverem refletidos, qualquer perspetiva de alienação da quota do município na sociedade será um valor muito inferior ao valor real que foi assumido pelo município. Conclui ser pretensão do município que haja reflexão dos investimentos nas demonstrações financeiras, que se traduzam posteriormente em participações e quota de capital social e só depois é que o município pode colocar a situação de análise de possível alienação das quotas das duas sociedades. -----

O Sr. Vereador Vítor Gabriel disse ter como princípio de vida transpondo para a atividade política que em todo e qualquer momento se deve procurar uma solução que resulte de um certo consenso, de uma conversa amigável e serena. Esse é o principal propósito que deve nortear qualquer questão, mas, esgotadas todas essas possibilidades, existem mecanismos legais que prevalecem. Considerou que mais de três anos para a sua resolução é demasiado tempo, se a procura de consensos não se revela possível, tem que se procurar outro caminho, terá que ser encontrada uma solução nos próximos meses. Manifestou a total disponibilidade dos vereadores da coligação para ajudar a encontrar uma solução na resolução da questão. -----

O Sr. Presidente António Soares agradeceu a disponibilidade dos senhores vereadores e disse que tudo irá fazer para resolver a questão. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Livro: ____/____/____
Folha: _____

PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

1 – RATIFICAÇÃO À ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL Nº 1/2017 E ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO Nº 1/2017. -----

Foi presente à reunião de câmara despacho do Senhor Presidente da Câmara, de 4 de janeiro de 2017, que se anexa à presente ata e dela passa a fazer parte integrante. -----

No referido despacho o Senhor Presidente, usando as competências previstas no nº 3 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, autorizou os Serviços de Contabilidade e Finanças a efetuarem a respetiva alteração. -----

Submetida a ratificação foi aprovada por maioria, com as abstenções dos senhores vereadores Vítor Gabriel e Pedro Folgado, sentido de voto justificado pelo envio tardio da presente documentação. -----

2 – RATIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DAS TAXAS, TARIFAS E OUTRAS RECEITAS A APLICAR EM 2017. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“De acordo com o n.º 1 do artigo 22º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Penamacor, os valores das taxas municipais são automaticamente atualizados todos os anos, de acordo com o Índice de Preços no Consumidor, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, relativo aos últimos 12 meses; -----

Atendendo a que a variação média do Índice de Preços no Consumidor, dos últimos 12 meses à data da apresentação do Orçamento Municipal (setembro de 2016) se fixou em 0,55%; -----

Como tal, propõe-se que seja deliberado: -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

1 – Aprovar aplicar a taxa de 0,55%, às Taxas, tarifas e outras receitas municipais, a partir de 1 de janeiro no ano de 2017”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

3 – FUNDO DE MANEIO PARA O ANO DE 2017. -----

O Senhor Presidente apresentou a proposta de constituição do Fundo de Maneio para o Ano de 2017, que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante. Propôs, nos termos do Regulamento Municipal de Sistema de Controlo Interno, a constituição do seguinte fundo de maneio e respetivas despesas orçamentais autorizadas: -----

Responsável: Carla Isabel Nunes Matos, no montante de €2.500,00 (Dois mil quinhentos euro). -----

Natureza das despesas autorizadas por rubrica de classificação económica: ----

02010202 – Gasóleo - €500,00; -----

020120 – Material de Educação, Cultura e Recreio – €250,00; -----

020121 – Outros Bens - €200,00; -----

020209 – Comunicações - €75,00; -----

020213 – Deslocações e Estadas - €750,00; -----

020225 – Outros Serviços - €500,00; -----

06020305 – Outras despesas correntes - €225,00; -----

Propôs, ainda, que dado o elevado montante do Fundo de Maneio atribuído à responsável Carla Isabel Nunes Matos, fica esta autorizada a guardá-lo no cofre da Tesouraria da Câmara Municipal, em recetáculo independente e devidamente identificado no exterior com a descrição “Fundos de Maneio”. A reconstituição e reposição do fundo obedecerão ao disposto na Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e artigo 10º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho. ----
A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

4 – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS FREGUESIAS PARA O ANO DE 2017.-----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Considerando que compete à Assembleia Municipal, nos termos da alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberar sobre formas de apoio às freguesias, para promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, mediante proposta da Câmara Municipal, nos termos do artigo 33.º do mesmo diploma; -----

Considerando o interesse e a importância para as freguesias na manutenção das formas de apoio traduzidas em transferências mensais (duodécimos), para fazer face a despesas correntes; -----

Considerando que a próxima Assembleia Municipal deverá ter lugar em fevereiro de 2017, mas que urge atribuir os apoios em causa, propõe-se que seja deliberado atribuir às freguesias os apoios que constam do mapa anexo, a transferir em duodécimos, no ano de 2017; -----

Tendo em conta que a competência pertence à Assembleia Municipal, deverá a deliberação que aprove a presente proposta ser submetida a ratificação do órgão deliberativo, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 164º do Código do Procedimento Administrativo. -----

Para a União de Freguesias de Aldeia do Bispo, Águas e Aldeia de João Pires, a título de transferências correntes €53.208,00. -----

Para a União de Freguesias de Pedrógão de São Pedro e Bemposta, a título de transferências correntes €32.844,00. -----

Para a Freguesia de Aranhas, a título de transferências correntes €16.308,00. -

Para a Freguesia de Meimão, a título de transferências correntes €15.816,00. --

Para a Freguesia de Meimoa, a título de transferências correntes €16.692,00. --

Para a Freguesia de Salvador, a título de transferências correntes €18.528,00. -

Para a Freguesia de Vale da Senhora da Póvoa, a título de transferências correntes €13.356,00. -----



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Para a Freguesia de Benquerença, a título de transferências correntes €19.092,00”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

5 – ATRIBUIÇÃO DE APOIO À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE PENAMACOR PARA O ANO DE 2017. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“No âmbito da competência atribuída à Câmara Municipal pela alínea o), n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e à semelhança do que tem acontecido em anos anteriores, propõe-se a atribuição de €150.000,00 para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Penamacor, a transferir por duodécimos no ano de 2017, a título de transferências correntes.” -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

6 – PROPOSTA DE ENCARGOS – DESPESAS COM PESSOAL PARA 2017.

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“A Lei do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, prevê nas várias alíneas do n.º 1 do artigo 31.º quais os tipos de encargos relativos a trabalhadores que devem ser previstos em sede de orçamento municipal. Determina o n.º 2 do mesmo artigo 31.º que compete ao dirigente máximo do serviço decidir sobre o montante máximo de cada um dos tipos de encargos, devendo tal decisão ser tomada no prazo de 15 dias após início da execução do orçamento. Nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 27.º do mesmo diploma, as competências inerentes à qualidade de empregador público, que na administração direta é o dirigente máximo do serviço, são

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

exercidas na administração autárquica pelo presidente da câmara municipal. Em consequência, seria ao Presidente da Câmara que caberia exercer a competência prevista no nº 2 do artigo 31º da LTFP, descriminando as verbas a afetar a cada um dos tipos de encargos com trabalhadores previstos nas alíneas do nº 1 do mesmo artigo. Sucede que se mantém em vigor o Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, que, sendo especial, prevalece, o qual atribui à Câmara Municipal no nº 2 do seu artigo 5º, a competência para a decisão quanto aos montantes a afetar aos encargos com pessoal. -----

Assim, propõe-se que a afetação a cada um dos tipos de encargos, dos seguintes montantes máximos para o ano de 2017, conforme previsto no Orçamento (classificação orgânica: 01 Administração Autárquica e 02 Câmara Municipal e classificação económica: 01 – despesas com pessoal): -----

a) Encargos relativos a remunerações: € 1.965.505,00. -----

b) Encargos relativos aos postos de trabalho a recrutar previstos no mapa de pessoal: € 135.000,00. -----

Desconhecendo-se, se existirão alterações que descongelem as progressões nas carreiras e consequentemente venham a alterar os encargos com alterações do posicionamento remuneratório, bem como dos encargos relativos a prémios de desempenho, não se afetam verbas aos encargos referidos nas alíneas c) e d) do nº 1 do artigo 31º da LTFP”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

7 – PROPOSTA DE INCLUSÃO DO SALDO TRANSITADO DO ANO DE 2016 NOS FUNDOS DISPONÍVEIS.-----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Considerando que: -----



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

1. Para cumprimento do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, que regulamenta a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), ter-se-á que proceder: -----
 - a) Para os compromissos que se enquadrem no n.º 1 do referido artigo, ao registo dos compromissos pelo seu valor integral, independentemente do momento em que ocorre a execução física e financeira dos contratos nomeadamente para os celebrados com as empresas municipais e fundações;
 - b) Para os que se enquadrem no n.º 2 deste artigo, o registo dos compromissos deve ser efetuado pelo montante efetivamente a pagar no período de determinação dos fundos disponíveis (caso dos salários, comunicações, eletricidade, fornecimentos contínuos); -----
2. O cálculo dos fundos disponíveis é efetuado para períodos de seis meses, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 46º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março; -----
3. A receita a utilizar para o cálculo dos fundos disponíveis está condicionada a esse período de seis meses; -----
4. A alínea a) do nº3 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, alterado pelo Decreto-Lei nº 99/2015, de 2 de junho, determina que “integram ainda os fundos disponíveis, os saldos transitados do ano anterior cuja utilização tenha sido autorizada nos termos da legislação em vigor”; -----
5. Nos termos do disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 4.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), alterada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, é competência da Câmara; -----
6. O Município necessita, de dispor de fundos disponíveis para fazer face a despesas imprescindíveis constantes dos documentos previsionais aprovados para o corrente ano; -----
7. Nos termos da alínea i) do nº1 do artigo 33º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara aprovar os documentos de prestação de contas;
8. Que o mapa de fluxos de caixa integra os documentos de prestação de contas; -----



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

9. Que o saldo da gerência anterior só pode ser integrado com aprovação dos fluxos de caixa. -----

PROPÕE-SE: -----

1. Aprovação do MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA DE 2016; -----

2. Autorização nos termos e para efeitos do disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 4.º da LCPA, alterada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, da integração nos fundos disponíveis, dos saldos transitados do ano anterior, nos termos da alínea a) do nº3 do artigo 5º do Decreto –Lei nº 127/2012, de 21 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho”.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

8 – APROVAÇÃO DA MINUTA DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE JUNIOR ACHIEVEMENT PORTUGAL E CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----“

”Aos municípios são assacadas atribuições de diversa natureza, designadamente em matéria de educação e de promoção do desenvolvimento, conforme se prevê nas alíneas d) e m) do nº 2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Neste contexto, assume-se como de todo o interesse para o Município de Penamacor, a celebração de um protocolo de cooperação com a Junior Achievement Portugal (Associação Aprender a Empreender - Associação de Jovens Empreendedores de Portugal). Com efeito, tomando em consideração os fins prosseguidos pela Associação e a sua atuação também no contexto da escola, é possível apreender as vantagens que tal parceria pode acarretar sobretudo para as camadas mais jovens da população do concelho. -----

Como tal, propõe-se à Câmara Municipal que, no uso da competência para apoiar atividades de interesse para o Município, que lhe está atribuída pela

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

alínea u) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, autorize o Município a celebrar com a Junior Achievement Portugal (Associação Aprender a Empreender - Associação de Jovens Empreendedores de Portugal), o Protocolo de Cooperação cujo modelo se anexa e faz parte integrante da presente proposta para todos os efeitos”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

9 – PROC.º MB-37/2016 – “REQUALIFICAÇÃO DO CASTELO/FORTALEZA DE PENAMACOR”- PROPOSTA DE DECISÃO SOBRE ERROS E OMISSÕES.-----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Estando a decorrer o prazo para apresentação de propostas no procedimento de formação de contrato de empreitada mencionado em epígrafe, vieram dois concorrentes apresentar listas de erros e omissões. Sobre as mesmas pronunciou-se a empresa responsável pelo projeto, Progitape – Projetos de Arquitetura, Planeamento e Engenharia, Lda. Com base nos esclarecimentos assim prestados, renunciou-se o júri do procedimento nos termos que constam da respetiva ata, que se anexa à presente proposta e dela faz parte integrante. -----

Em consequência da aceitação de alguns dos erros identificados pelos concorrentes, verifica-se uma alteração do preço base do procedimento, que deixa de ser de € 969 425,78 para passar a ser de € 975 535,68. -----

Sendo o preço base um aspeto fundamental das peças do procedimento, constata-se a necessidade de prorrogar o prazo para apresentação das propostas, nos termos do artigo 64.º, n.º 2 do Código dos Contratos Públicos. --
Posto isto, propõe-se à Câmara Municipal que delibere o seguinte: -----

1. Aceitar e rejeitar os erros e omissões identificados pelos concorrentes Multinordeste – Multifunções em Construção e Engenharias, S. A. e LUSOCOL,



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Sociedade Lusa de Construções, Lda., em conformidade com a proposta do júri e nos termos da respetiva ata e mapa anexo, que se fundamentam nos esclarecimentos do projetista, ao abrigo da competência prevista no n.º 5 do artigo 61.º do CCP. No mesmo mapa são identificados os termos do suprimento dos erros e omissões aceites, em conformidade com o n.º 6 do mesmo artigo 61.º. -----

2. Prorrogar o prazo para apresentação das propostas, que foi oportunamente suspenso nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do CCP, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo a 28 de dezembro de 2016 até à publicitação da decisão que agora se propõe para aceitação dos erros e omissões, como determina o n.º 2 do artigo 64.º do CCP”. -----

A proposta foi aprovada por maioria, com as abstenções dos senhores vereadores Vítor Gabriel e Pedro Folgado. -----

10 – FINANÇAS MUNICIPAIS. -----

Foi presente o original Resumo Diário da Tesouraria, assinado e rubricado, que foi arquivado à presente ata. Foram também apresentados para análise os mapas atuais do orçamento da receita acumulada de 665.980,39 euro e uma despesa também acumulada de 220.485,26 euro e depois de rubricados ficam arquivados em anexo à presente ata. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Não havia público presente na reunião. -----

E não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião eram onze horas e quarenta minutos, e dela se lavra a presente ata que depois de lida, julgada conforme e aprovada, vai ser assinada. E eu, _____, Técnica Superior, a redigi e subscrevi. -----

A Técnica Superior

O Presidente da Câmara

Teresa Bento Ribeiro

António Luís Beites Soares